



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PET no PRECATÓRIO N° 6029 - DF (2020/0071240-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : RAIMUNDO JOSE ARRUDA BASTOS
REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTERES. : NOEMI MARIA ARRUDA BASTOS CAVALCANTE
INTERES. : JORGE LUIZ ARRUDA BASTOS
INTERES. : ELISA MARIA ARRUDA BASTOS BARROSO
INTERES. : MARCOS ROBERTO ARRUDA BASTOS
INTERES. : REGINA MARIA ARRUDA BASTOS MACHADO
INTERES. : NUBIA MARIA ARRUDA BASTOS CARDOSO
INTERES. : LIANA MARIA ARRUDA BASTOS MORAIS
INTERES. : VERA MARIA ARRUDA BASTOS VIEIRA DA FONSECA
HERD. DE : RAIMUNDO CESAR BASTOS - ESPÓLIO
ADVOGADO : MARIA FILOMENA DE CASTRO MACIEL - CE011671
INTERES. : MOTA E ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO - DF016362
REQSTE : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Decisão de fls. 66-68, deferiu a habilitação pretendida e indeferiu o pedido de levantamento de valores. Na ocasião, ficou consignado que, como o falecimento de RAIMUNDO CESAR BASTOS ocorreu durante o período de apuração dos valores devidos, o montante requisitado deve ser segregado em crédito de herança e crédito de pensão.

Assim, foi deferido o pedido de habilitação para defesa dos direitos decorrentes do valor apurado até a data do óbito e determinada a apresentação de documentos pessoais do(s) pensionistas(s) habilitado(s) junto ao órgão de origem, com indicação da cota parte de pensão, para recebimento do valor apurado após a data do falecimento.

O levantamento do crédito correspondente à herança ficou condicionado à comprovação da partilha na via judicial, perante o juízo competente, ou na via extrajudicial, nos termos do art. 610, § 1º, do CPC.

Mediante a Petição n. 00426704/2021 (fls. 77-98), RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS, informa que RAIMUNDO CESAR BASTOS era casado com MARIA DE LOURDES ARRUDA BASTOS, falecida em 31/8/2017 e única pensionista do beneficiário originário.

Aduz que promoveu a sobrepartilha do valor integral requisitado nestes autos.

Acrescenta que os falecidos (RAIMUNDO CESAR BASTOS e MARIA DE LOURDES ARRUDA BASTOS) eram casados, tendo os mesmos herdeiros.

Por tais motivos, defendem ser desnecessária providenciar nova sobrepartilha relacionada ao falecimento da pensionista MARIA DE LOURDES ARRUDA BASTOS.

Juntou comprovante de rendimentos datado de 19/2/2005 e ficha financeira de fevereiro/2007, ambos referentes a MARIA DE LOURDES ARRUDA BASTOS, escritura pública de sobrepartilha dos bens deixados por RAIMUNDO CESAR BASTOS (fls. 83-89) e escritura pública de inventário e partilha dos bens deixados por MARIA DE LOURDES ARRUDA BASTOS (fls. 90-97).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Ao que se observa dos autos, MARIA DE LOURDES ARRUDA BASTOS era, de fato, pensionista de RAIMUNDO CESAR BASTOS (fls. 81-82). Entretanto não é possível ratificar que se tratava da única pensionista.

Nesse sentido, ainda que os herdeiros da pensionista sejam os mesmos do beneficiário originário falecido, é necessário que seja apresentada documentação do órgão de origem de RAIMUNDO CESAR BASTOS comprovando a cota parte do benefício cabível a MARIA DE LOURDES ARRUDA BASTOS durante o período de apuração do crédito de pensão, ou seja, durante o período de 2/9/2001 até novembro/2003 (consoante fls. 104-108 e 473 da ExeMS 6864 - 200701714502).

Ante o exposto, indefiro, por ora, o pedido de levantamento do valor correspondente ao crédito de pensão por ausência de comprovação da cota parte do benefício.

Remetam-se os autos à Coordenadoria de Processamento de Feitos em Execução Judicial para segregação do valor requisitado em crédito de herança e de pensão, na forma indicada às fls. 66-68.

Após, tendo em vista a disponibilidade financeira (fl. 100) e a escritura pública de sobrepartilha apresentada, cumpra-se a decisão de fl. 13 com as deduções legais, se houver, mediante depósito do valor principal relativo ao crédito de herança em contas a serem abertas em nome dos herdeiros indicados no instrumento de fls. 83-89, observadas as respectivas cotas partes, com fundamento no art. 610, § 1º, do CPC.

O valor relativo à pensão deverá ser depositado em conta bloqueada a ser aberta em favor do espólio, ficando o levantamento dessa quantia condicionado à apresentação de documento que comprove a cota parte do benefício cabível a MARIA DE LOURDES ARRUDA BASTOS durante o período de 2/9/2001 a novembro/2003.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente